



## Congresso começa hoje semana de esforço de votações

Além da promulgação da emenda constitucional que prorroga a Zona Franca de Manaus por 50 anos, parlamentares se reúnem para analisar 30 vetos presidenciais

**D**uas sessões do Congresso hoje compõem a agenda do esforço concentrado desta primeira semana de agosto. Ao meio-dia, será promulgada a emenda constitucional que prorroga os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus. Às 19h, a sessão será de análise de vetos presidenciais.

Comissões têm agenda que inclui audiências sobre a política monetária e sobre a Política Nacional de Participação Social. **3**

Fábrica de motocicletas em Manaus: prorrogação de incentivos fiscais visa à manutenção do desenvolvimento da região amazônica



Atômio Niferno/ABR

## Denúncia contra CPI da Petrobras repercute no Senado

Senadores da oposição e da base do governo se manifestaram ontem sobre a denúncia publicada na revista *Veja* de vazamento de questões formuladas a depoentes da CPI da Petrobras no Senado. O PSDB protocolou junto à Procuradoria-

-Geral da República pedido de investigação e estuda pedir a anulação de todas as sessões. O relator da CPI, José Pimentel, negou vazamento das perguntas e pediu investigação, assim como o presidente da comissão, Vital do Rêgo. **4 e 5**

## Ministros discutem medidas do governo para mercado de capitais **7**

## Debate analisa opções para baixar emissão de gás na agropecuária **6**

## Audiência vai ouvir chefe da Secretaria-Geral da Presidência **3**

**Comissão tenta votar hoje texto preliminar da LDO **2****

**Lixões continuam ativos, apesar do prazo expirado **6****

**Três medidas provisórias têm votação de relatório **7****



Nesta edição, encarte do informativo da Procuradoria da Mulher

## especial Cidadania Educação vive expectativas do novo Plano Nacional



Lenine Martins/Secom-MT

Aprovado recentemente, o Plano Nacional de Educação traz metas ambiciosas para os próximos dez anos, como a alfabetização de 100% dos adultos no país.

O documento também determina que sejam aplicados 10% do PIB em educação, mas não especifica como a conta será dividida entre União, estados e municípios. **8**

De acordo com o PNE, em dez anos, 25% dos alunos das escolas públicas terão aulas em tempo integral

# Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:  
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL

No mês passado, o senador Vital do Rêgo fez a leitura do relatório preliminar ao projeto da LDO para 2015. O texto acolhe integralmente 9 das 14 emendas apresentadas à proposta orçamentária



Romero Jucá será o relator do projeto da Lei Orçamentária de 2015 após a conclusão da votação da LDO

# Comissão tenta votar hoje relatório da LDO para 2015

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) reúne-se hoje e amanhã na tentativa conseguir quórum para votar o relatório preliminar ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. Também estão na pauta dois projetos de lei. As reuniões serão realizadas às 14h30, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

O parecer à proposta da LDO é o primeiro item da pauta em ambas as reuniões. No início de julho, o relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), fez a leitura do relatório, em que acolhe totalmente 9 das 14 emendas apresentadas à proposta orçamentária.

O relatório preliminar possui as regras para apresentação de emendas por parte de deputados, senadores e comissões da Câmara e do Senado. O documento estipula que cada congressista poderá apresentar até três emendas individuais para integrar o Anexo de Metas e Prioridades da proposta orçamentária de 2015. Também estabelece que as 15 ações de interesse nacional mais indicadas pelo conjunto dos parlamentares serão acolhidas na versão final. Só depois da aprovação

desse parecer começa o prazo de apresentação das emendas, que serão analisadas pelo relator na confecção do relatório final. Esse texto terá de ser votado na CMO e no Plenário do Congresso.

A LDO é uma lei anual que disciplina a elaboração do Orçamento da União, além de conter as metas fiscais a serem alcançadas pelo governo no exercício seguinte. A iniciativa é exclusiva do chefe do Poder Executivo. No projeto em discussão no Congresso, o governo propõe salário mínimo de R\$ 779,79 em 2015. O crescimento da economia é estimado em 3%, com inflação anual de 5%. A proposta deve ser encaminhada ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano, para análise e aprovação.

Concluída a votação da LDO, o governo encaminha ao Congresso a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, que terá como relator Romero Jucá (PMDB-RR).

## Crédito especial

Também está na pauta o PLN 4/2014, que abre crédito especial de R\$ 50,9 milhões em favor da Justiça Eleitoral

e dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes.

O crédito destina-se ao pagamento de encargos referentes à contratação de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para programa de gestão do transporte ferroviário; a despesas com pensão especial de caráter vitalício no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; e à remuneração da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (Pré-Sal Petróleo), referente ao bônus de assinatura do contrato da primeira rodada de licitações de blocos exploratórios sob o regime de partilha.

O crédito especial é uma modalidade de crédito adicional autorizado por lei específica e aberto por decreto do Poder Executivo. É destinado a despesas não previstas ou não fixadas na lei orçamentária vigente.

Há ainda o PLN 5/2014, que altera a LDO de 2014 para viabilizar reajuste na remuneração dos cargos de escrivão, de agente e de papiloscopista da Polícia Federal. Também esperam apreciação pela CMO diversas outras matérias.

## Aureliano faz primeiro discurso e diz que representará Minas sem preconceito

Em seu primeiro pronunciamento como senador, Antônio Aureliano (PSDB-MG) prometeu representar seu estado sem distinção de raça, credo religioso e condição econômica ou social. Ele assumiu a vaga de Clésio Andrade, do PMDB, que renunciou ao mandato.

O senador afirmou que a história de Minas Gerais se confunde com a história do Brasil. Os mineiros, para Aureliano, são determinados.



O senador disse que, nos momentos decisivos da história, o sentimento de Minas influencia o sentimento do resto do país.

— Os desafios do Brasil são enormes e proporcionais à grandeza do seu território e à extraordinária capacidade do seu povo de suplantá-los. Estou certo de que os mineiros estarão na vanguarda, superando os desafios e mostrando o rumo a ser seguido — afirmou o parlamentar.

## Casildo: campanha eleitoral não deve adiar votações na Câmara e no Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou em Plenário que a campanha política, ainda que importante para a democracia, não pode paralisar os Poderes Executivo e Legislativo.

Por isso, o senador defendeu que é fundamental que tanto a Câmara quanto o Senado votem matérias pendentes, mesmo durante o período. Como exemplo, mencionou a proposta que altera o indexador das dívidas dos estados e



municípios. Para ele, até mesmo propostas com alcance maior, como as reformas tributária e política, podem ser aprovadas durante a campanha eleitoral.

— É um debate que não pode mais ser relegado. Podemos pensar no fim das reeleições, em mandatos unidos de cinco anos, na unificação dos pleitos, na obrigatoriedade de licença ou renúncia para candidatos a novos cargos — declarou.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Votação**  
14h Sessão deliberativa. Na pauta, projeto que proíbe lojas de cobrarem mais de clientes com cartão de crédito.
- CONGRESSO Zona Franca de Manaus**  
12h Sessão de promulgação da emenda que prorroga vigência da zona franca.
- CONGRESSO Vetos presidenciais**  
19h Sessão conjunta destinada a votação de vetos presidenciais e projetos de lei.
- PRESIDÊNCIA Defensores públicos**  
10h Renan Calheiros recebe homenagem da Associação Nacional dos Defensores Públicos; às 11h, recebe o ministro Francisco Falcão (STJ); às 11h30, Warley Martins (Cobap); às 12h, promulga emenda que prorroga a Zona Franca de Manaus; às 15h, recebe a ministra Ideli Salvatti (Direitos Humanos) e Maria Laura Canineu (Human Rights Watch); às 16h, preside a ordem do dia; às 19h, sessão do Congresso.
- CDH Participação social**  
9h Audiência sobre a Política Nacional de Participação Social. Poder Executivo e movimentos sociais são convidados.
- CMA Fogos de artifício**  
10h Na pauta, texto que regula fabricação, comércio e uso de fogos de artifício.
- CCJ Indicações**  
10h Colegiado vota a indicação de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- CAE Política econômica**  
10h Audiência pública ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre política monetária e inflação.
- CE Auxílio universitário**  
11h Comissão vota, entre outros itens, projeto que cria o Programa Bolsa Permanência para estudantes universitários.
- CCT Smartphones**  
11h Reunião para votar projetos, como o que prevê a padronização de carregadores de celulares do tipo smartphone.
- CDH Direitos de índios**  
14h CDH se reúne para esclarecer denúncias de mau atendimento na Casa de Saúde do Índio, em Macapá.
- COMISSÃO/MP Transparência fiscal**  
14h Em análise, MP que exige informação sobre tributos em notas fiscais.
- CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Reunião**  
14h Reunião da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.
- CCJ Conselhos populares**  
14h30 Audiência para debater decreto presidencial que institui a Política Nacional de Participação Social.
- COMISSÃO/MP ONS**  
14h30 Apreciação da MP 643/2014, sobre mandato do diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- COMISSÃO/MP Investimento**  
14h30 Análise de MP sobre fundos de renda fixa e responsabilidade tributária na integralização de cotas.
- COMMC Baixo carbono**  
14h30 Audiência pública da Comissão sobre Mudanças Climáticas para debater a agricultura de baixo carbono.
- CMO Relatório preliminar LDO 2015**  
14h30 Comissão tenta votar relatório preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.
- COMISSÃO/MP Biodiesel no diesel**  
15h Comissão analisa MP sobre a adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **9h**, reunião da **Comissão de Direitos Humanos**; às **10h**, reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**; e, às **12h**, sessão solene do **Congresso Nacional** destinada à promulgação da Emenda Constitucional 82/2014. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

Comissões se reúnem esta semana para, entre outros temas, discutir a política monetária. Congresso promulga hoje emenda que prorroga a Zona Franca de Manaus e também analisa vetos presidenciais

## Esforço concentrado inclui análise de 30 vetos

COMO PARTE DO esforço concentrado programado para esta semana, o Congresso se reúne hoje, a partir das 19h, para o exame de vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pelos parlamentares e enviados para sanção. São 30 vetos na pauta, entre eles, o que foi apostado à proposta que estabelece novas regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. A sessão será no no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Antes, ao meio-dia, no Plenário do Senado, haverá sessão do Congresso destinada à promulgação da emenda constitucional que prorroga por 50 anos a vigência da Zona Franca de Manaus.

Também estão programadas para hoje audiências públicas em duas comissões do Senado para debater o Decreto 8.243/2014, da Presidência da

República, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social. A partir das 9h, o debate será na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e, a partir das 14h30, o assunto será tratado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ainda hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre a política monetária. E a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) tem reunião para votar, entre outros itens, projeto que institui a Lei Geral das Antenas, contendo a unificação de regras para instalação de torres, visando atender demanda das empresas do setor.

### Petrobras

Para amanhã, estão agendadas reuniões das duas comissões parlamentares de

inquérito que investigam denúncias relacionadas à gestão da Petrobras. Pela manhã, a partir das 10h15, a reunião é da CPI exclusiva do Senado, para análise de requerimentos. A partir das 14h30, a comissão mista, integrada por senadores e deputados, ouve o ex-diretor da Petrobras Jorge Luiz Zelada.

No mesmo dia, as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ) têm reuniões deliberativas.

Estão programadas sessões deliberativas do Plenário do Senado para hoje e amanhã. Na pauta, entre outros itens, projeto de decreto legislativo (PDS 31/2013) que susta os efeitos da Resolução 34/1989, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. Essa norma proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.

## Carvalho falará sobre participação social

O chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, estará hoje no Senado para falar sobre a instituição da Política Nacional de Participação Social. Audiências públicas com esse tema serão promovidas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A Política Nacional de Participação Social foi instituída em maio deste ano pelo Decreto 8.243/2014, que prevê a participação social como método de governo, disciplinando os mecanismos criados para compartilhar decisões sobre programas e políticas públicas, tais como conselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo,

consultas públicas, audiências públicas e ambientes virtuais de participação social.

Segundo o governo, a política apenas consolida mecanismos já existentes. Para a oposição, porém, a presidente Dilma Rousseff deveria ter submetido o assunto ao exame do Congresso, em vez de editar decreto. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou um projeto de decreto legislativo (PDS 117/2014) para sustar os efeitos do decreto.



Secretário-geral da Presidência, Carvalho fala em audiência pública no Senado

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h30

► **Portal e-Cidadania:**  
[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

► **Tempo real:**  
<http://bit.ly/CCJparticipacao>

► **Facebook:** eCidadaniaSF

► **Twitter:** @e\_cidadania

► **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

► **Alô Senado:** 0800 612211

► **Taquigrafia:**  
<http://bit.ly/comissaoConstituicao>

## Fim de obras gerou desemprego, diz Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu, em discurso no Plenário, medidas para minimizar os efeitos da dispensa de milhares de trabalhadores, depois da conclusão das obras das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, na economia de Porto Velho.

Raupp citou, entre as medidas, a instalação de uma zona de processamento de exportações no complexo portuário

da cidade; a construção da Ferrovia Sapezal-Porto Velho, para escoar a produção mato-grossense pelo porto local; e a da Ferrovia Transcontinental, que ligaria os Oceanos Atlântico e Pacífico. Também destacou a construção da Usina Tabajara, em Machadinho d'Oeste (RO), e de uma usina binacional do Brasil e da Bolívia, "o que aproveitaria o conhecimento adquirido nos últimos seis anos", afirmou.



Para Raupp, conclusão de usinas freou crescimento de Porto Velho

## Vanessa destaca papel da zona franca para região amazônica

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que o Congresso Nacional vai promulgar hoje a emenda constitucional que prorroga por mais 50 anos as atividades da Zona Franca de Manaus. A parlamentar afirmou que a prorrogação desse modelo de incentivo fiscal é muito importante para manter o desenvolvimento da região amazônica.

Vanessa frisou que as 600 fábricas instaladas na zona franca geram meio milhão de empregos diretos e indiretos e movimentaram, nos cinco primeiros meses deste ano, R\$ 36 bilhões. A expectativa, acrescentou, é de que, até o final do ano, o faturamento chegue a R\$ 80 bilhões.

— Esse modelo é muito im-

portante para o Brasil, muito importante para a Amazônia, fundamental para o estado do Amazonas e inclusive para a preservação das nossas florestas, para a preservação da Floresta Amazônica — concluiu a senadora.



Vanessa Grazziotin: a zona franca é fundamental para a Amazônia

## Gurgacz celebra crescimento da economia de Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou ontem a divulgação de índices segundo os quais o estado de Rondônia cresceu acima da média nacional em função da expansão da agropecuária.

Nos últimos 12 meses, informou, a Região Centro-Oeste cresceu 5,9%; o Nordeste, 4,2%; e o estado de Rondônia, 5%.

De acordo com os dados divulgados, a agropecuária de Rondônia foi a que mais cresceu no país: 7,3% em 2011, 6% em 2012 e 2013, e 5% nos cinco primeiros meses deste ano.

— Mesmo com todas as dificuldades, principalmente por conta da distância dos principais centros consumidores; da infraestrutura, ainda em construção pelo

fato de ser ainda um estado jovem, um estado novo; Rondônia cresce de forma espetacular e tudo indica que vamos conseguir manter e até melhorar esses índices nos próximos anos em função do crescimento do agronegócio no estado — disse o senador.



Rondônia está crescendo de forma espetacular, comemora Gurgacz

## Fleury: governo não liberou recursos para armazéns

Os problemas no armazenamento da safra agrícola do Brasil foram destacados ontem pelo senador Fleury (DEM-GO). Segundo ele, o plano que previa a liberação de R\$ 500 milhões para a construção e reforma de armazéns em todo o país não está sendo cumprido pelo governo de Dilma Rousseff.

Fleury afirmou em Plenário que o Brasil é um país agrícola e que o agronegócio garante o superávit, resultado positivo da economia.

— Nós vivemos com um superávit de commodities com muito orgulho, porque o que nós produzimos alimenta o mundo. Não é guerra, não é arma — afirmou.

O senador disse que o armazenamento, hoje, está

nas mãos das multinacionais, que sabem o tamanho da safra e definem os preços. O ideal, observou, seria que os próprios produtores recebessem recursos e pudessem ter estrutura para armazenar grãos nas suas propriedades.



Fleury: armazenamento de grãos está nas mãos de multinacionais



No último sábado expirou o prazo, fixado na Lei 12.305/2010, para o fim de lixões a céu aberto. No entanto, até o ano passado, mais de 3,5 mil continuavam ativos no país

# Lixões a céu aberto resistem, mesmo após fim do prazo para eliminação

A VIDA REAL, algumas vezes, não anda no mesmo compasso das leis. Exemplo disso é a destinação do lixo nas cidades brasileiras. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) determinou que, até 2 de agosto de 2014 (sábado), os gigantescos lixões a céu aberto, comuns em todo o país, deveriam ter sido completamente substituídos por aterros sanitários. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o prazo não será prorrogado. Conforme as regras em vigor, os órgãos públicos que descumprirem a nova política de tratamento do lixo estão sujeitos ao pagamento de multas de até R\$ 50 milhões.

No entanto, a situação mudou em ritmo bem menos acelerado do que o exigido pela legislação. A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico feita pelo IBGE em 2008 apontou que 2.810 cidades — ou seja, mais da metade dos municípios existentes no Brasil — ainda destinavam resíduos sólidos para vazadouros a céu aberto. Quatro anos depois, ao menos 3,5 mil lixões estavam ativos, segundo estimativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Só no Nordeste, essa é a prática de 1.598 cidades. Entre as capitais, as que mais ficam devendo no quesito manejo de resíduos sólidos são Porto Velho, Belém e Brasília. A



Lixões ainda estão presentes em várias capitais brasileiras. Neles, o chorume é lançado diretamente no solo

situação mais crítica no país, aliás, é do Lixão da Estrutural, no Distrito Federal, o maior da América Latina. Do tamanho de 170 campos de futebol e uma montanha de lixo de 50 metros de altura, o local recebe cerca de 2 mil catadores de material reciclável que trabalham 24 horas por dia.

## Aterros

Estudo da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) mostra que 40% de todo o lixo produzido no Brasil tem destinação inadequada. Já foi bem pior. Em 1989, mais de 88% das unidades de destinação de resíduos sólidos eram lixões a céu aberto e somente 1% eram aterros sanitários.

A relação, em 2008, foi de 50,8% de lixões contra 27,7%

de aterros sanitários — o tipo mais indicado de tratamento. Os 22,5% restantes eram aterros controlados, que são o meio termo entre um tipo

e outro, porque o chorume ainda continua a ser lançado no solo, embora em menor proporção. Isso mostra que a melhora vem, mas lentamente.

## Vanessa: prazos não foram cumpridos por falta de recursos

Quem está de olho no futuro dos lixões no Senado é a Subcomissão de Resíduos Sólidos. Amanhã, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pode apresentar relatório resumindo o conteúdo de seis audiências públicas a respeito do tema. Na avaliação dela, um conjunto de elementos levou os municípios a descumprir o prazo. No Amazonas, os municípios não desativaram os lixões

pela falta de acesso a verbas federais.

— As regras são muito rígidas para que os municípios consigam esse dinheiro — lamenta.

Na avaliação do presidente do colegiado, Cícero Lucena (PSDB-PB), que relatou o projeto que deu origem à Lei de Resíduos Sólidos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos não foi implementada por falta de vontade política.

Cícero Lucena diz que governo federal não fez a sua parte

Cícero Lucena conta que apresentou, em 2010, emenda da Subcomissão ao Orçamento da União para viabilizar, com R\$ 217 milhões, suporte financeiro e técnico do governo federal à implantação das medidas previstas na lei em cidades com até 50 mil habitantes. Entretanto, apenas R\$ 9 milhões foram liberados.

— O governo federal não fez a sua parte para acabar com os lixões e lavou suas mãos quanto a isso. Os prefeitos também são responsáveis, embora muitos tenham esbarrado em condições técnicas — disse.

Ele defende a prorrogação do prazo para acabar com os lixões, mas com regras que forcem a adequação das cidades à Política Nacional de Resíduos Sólidos. O governo federal, no entanto, deve partir para a briga e aplicar multas. A estratégia é criticada pela própria Vanessa Grazziotin, que considera a possibilidade de mudar a lei:

— Tenho muita dúvida sobre multar, porque os municípios tiveram vontade de fazer, mas faltaram os meios para isso — pondera a senadora.

A destinação do lixo nas cidades brasileiras será tema da revista *Em Discussão!*, produzida pela Secretaria de Comunicação do Senado. A publicação pode ser acessada na página do **Jornal do Senado** na internet.

## Agricultura de baixo carbono será tema de audiência pública

A agricultura de baixo carbono (ABC) — que emite menos monóxido de carbono na atmosfera — será o tema da audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) hoje. Senadores e especialistas vão discutir estratégias para dar sustentabilidade à produção agropecuária. Os cidadãos também podem

participar enviando perguntas e sugestões.

No Brasil, o Plano ABC é comandado pelo Ministério da Agricultura (Mapa). Ele consiste em fomentar diferentes ações: recuperar pastagens degradadas, integrar lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais, executar o plantio direto, fazer a fixação biológica de nitro-

gênio para reduzir o uso de adubos químicos, aumentar as florestas plantadas, tratar dejetos animais e adaptar as propriedades rurais às mudanças climáticas.

O representante do Mapa será Elvison Nunes Ramos, coordenador do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade. A comissão convidou também os gestores

do BNDES responsáveis pela área de suporte aos programas agropecuários, Carlos Alberto Vianna Costa e Tiago Luiz Peroba, além de um gerente do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. A audiência será às 14h30, no Plenário 7 da Ala Alexandre Costa.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h30

▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMMCcarbono>

▶ **Facebook:** eCidadaniaSF

▶ **Twitter:** @e\_cidadania

▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoClima>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvia Burtle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:**

André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333



Comprador exhibe nota fiscal com valores de impostos pagos, conforme a Lei 12.741/2014: relatório está na comissão

## Comissões analisam hoje três medidas provisórias

Entre as medidas, está a que obriga informar ao consumidor nove tributos na nota fiscal de compra. Também será votada proposta que regula a adição de biodiesel no diesel vendido nas bombas

TRÊS COMISSÕES MISTAS que analisam medidas provisórias se reúnem hoje para votar os relatórios das MPs 643, 647 e 649, todas de 2014. As MPs tratam, respectivamente, da ampliação do mandato do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final e do adiamento do prazo para punições de empresas que não informam na nota fiscal o montante cobrado em impostos.

Publicada no dia 6 de junho, a MP 649/2014 adiou para 2015 a punição aos estabelecimentos que não emitirem a nota fiscal discriminando os impostos incidentes na operação. A obrigatoriedade da informação dos impostos

na nota fiscal consta da Lei 12.741/2012, de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL), que previa o início da aplicação de sanções a partir de junho.

A Lei 12.741 estabelece que deverão ser identificados nove tributos: Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), IOF, IPI, PIS-Pasep, Cide-Combustíveis, Cofins, ICMS e ISS. Os dois últimos são, respectivamente, das esferas estadual e municipal. Os demais tributos são arrecadados pelo governo federal.

### Mandato maior

A MP 643/2014 autoriza a ampliação do mandato do diretor-geral do ONS, excepcionalmente, por mais dois anos. Atualmente, o dirigente da instituição tem mandato de quatro anos, com possibili-

dade de uma recondução. Na justificativa, o governo diz que a intenção é evitar problemas de continuidade em um momento em que o país enfrenta dificuldades no abastecimento de água, o que pode gerar crise na geração de energia. A medida vence no dia 22 de agosto.

Já a MP 647/2014 trata da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel que é vendido ao consumidor. O percentual passou de 5% para 6%, a partir de 1º de julho, e passará para 7%, a partir de 1º de novembro deste ano. A medida também estabelece que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) poderá, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, reduzir esse percentual de volta a 5%.

As reuniões serão realizadas a partir das 14h.

## Ministros debatem MP do mercado de capitais no Senado

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 651/2014 recebe hoje, às 14h30, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges. Os ministros participarão de audiência pública para instrução da MP, editada para "fortalecer e dinamizar o mercado de capitais brasileiro".

Entre outras providências, a MP 651 retoma o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e isenta de Imposto de

Renda as aplicações de pessoas físicas em ações de pequenas e médias empresas liquidadas até dezembro de 2023.

A MP também altera a incidência do PIS, Pasep e Cofins sobre as receitas decorrentes da alienação de participações societárias e autoriza a adoção de procedimentos excepcionais para a importação de mercadorias para abastecimento de municípios onde tenha sido decretada calamidade pública.

Além de Mantega e Mauro Borges, estarão presentes na audiência o presidente da Confederação Nacional da

Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade; o presidente da BM&FBovespa, Edemir Pinto; e a secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães.

A comissão mista é presidida pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e tem como relator o deputado Newton Lima (PT-SP). O vice-presidente é o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o relator-revisor, o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Antes da audiência pública, os parlamentares vão deliberar sobre requerimentos e ofícios apresentados à comissão.

## Figueiró critica postura ideológica do Mercosul

"O Brasil precisa ter liberdade para estabelecer o comércio com todas as nações e não ficar limitado apenas ao Mercosul." A afirmação é de Ruben Figueiró (PSDB-MS), ao criticar o que chamou de postura ideológica adotada pelo bloco em suas declarações e em suas relações comerciais.

O senador referia-se, especialmente, às críticas do Parlamento do Mercosul (Parlasul) à Justiça norte-americana, que determinou o pagamento da dívida da Argentina a um grupo de credores.

Para o senador, é fundamental que haja uma revisão das normas do Mercosul para evitar perda da competitividade no Brasil e mais isolamento do comércio brasileiro.

Figueiró acrescentou que, para a Confederação Nacional da Indústria, a agenda econômica do Mercosul está estagnada e precisa ter as regras reformuladas.



Figueiró quer revisão do Mercosul em nome da competitividade

## Rodrigues defende quinquênios para juízes e promotores

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) defendeu ontem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que estabelece o pagamento de adicional de tempo de serviço de 5% aos magistrados e integrantes do Ministério Público a cada cinco anos de exercício na carreira.

Para ele, não é justo que, por exemplo, um juiz recém-empossado receba um salário praticamente igual ao de um desembargador com mais de 30 anos de serviço.

A baixa valorização dos salários ao longo da carreira, disse o senador, tem desestimulado alguns desses profissionais.

— Esses agentes do Estado são os únicos que não têm reconhecido e valorizado o tempo de serviço público. Todas as demais carreiras, em todas as esferas da administração, têm esse direito. — afirmou Rodrigues.



Rodrigues aponta injustiça no salário de promotores e juízes

## Comissão de Constituição e Justiça avalia indicações para TST, STJ e CNJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se hoje, a partir das 10h, para deliberar sobre três indicações de autoridades. O primeiro item da pauta é a análise da indicação de Maria Helena Mallmann para exercer o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Na reunião, deve ser concedida vista coletiva (tempo para análise) para posterior realização de sabatina.

Maria Helena, natural de Estrela (RS), foi juíza do Trabalho de 1981 a 2001, tornando-se desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região em julho de 2001. Ela exerceu vários cargos — entre eles, a presidência do tribunal, de 2011 a 2013. Presidiu a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e tem várias publicações e estudos sobre o tema.

Também deve ser votada, após a sabatina, a indicação do juiz federal do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região Luiz Alberto Gurgel de Faria para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele deverá ocupar a vaga destinada a juízes federais dos TRFs, decorrente da aposentadoria da ministra Eliana Calmon.

A CCJ deve realizar também a sabatina de Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado para um novo mandato no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2014-2016. O ministro foi indicado pela Câmara. O relator do processo na comissão é Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é favorável à recondução.

Nascido em 28 de janeiro de 1981, em Natal, Emmanoel Pereira atualmente é professor da pós-graduação em direito e processo do trabalho no Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb), onde também leciona direito do trabalho para a graduação.



Mantega e Borges devem comparecer à audiência para instruir medida que pretende dinamizar o mercado nacional



Geraldo Magalhães/Agência Senado

# Recém-aprovado, Plano Nacional de Educação traz otimismo e dúvida

Plano estabelece metas educacionais ambiciosas para os próximos dez anos e diz que 10% do PIB irá para o ensino, mas não especifica como a conta será dividida entre União, estados e municípios nem explicita a fonte dos recursos que garantirão o alcance desse percentual

Ricardo Westin

OS ADOLESCENTES BRASILEIROS são um fiasco na escola. Na última edição do Pisa (exame que mede o conhecimento de alunos de 15 e 16 anos), o Brasil ocupou o 59º lugar em ciências, o 58º em matemática e o 55º em leitura, entre 65 países. Dos adultos, segundo o IBGE, em torno de 9% não sabem ler nem escrever. Há estados onde o índice passa dos 20%. A título de comparação, o analfabetismo na Argentina e no Chile fica na casa dos 2%. No ranking mundial de universidades elaborado pela consultoria britânica QS, só uma brasileira (a Universidade de São Paulo) figura entre as 200 melhores, ante seis da Coreia do Sul e cinco da ilha de Hong Kong.

Entre tantos números ruins, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) surge como uma esperança. Trata-se de uma lei com 20 metas concretas que terão de ser atingidas ao cabo de uma década, até 2024. O trabalho precisa ser dividido entre o governo federal, os estados e os municípios.

O PNE mexe em toda a educação nacional, da creche à pós-graduação, e chega a afetar até a rede privada. Sendo seguido à risca, 25% dos alunos das escolas públicas terão aulas em tempo integral (durante dois turnos), 50% das crianças de 3 anos frequentarão a creche, 50% dos professores da educação básica serão pós-graduados e 100% dos adultos estarão alfabetizados, para citar apenas alguns exemplos.

## Fatia do PIB

O PNE (Lei 13.005/2014) foi assinado pela presidente Dilma Rousseff em junho. Poucas leis foram tão intensamente discutidas. O governo ouviu as sugestões da sociedade, elaborou o anteprojeto e, no final de 2010, o remeteu ao Congresso Nacional. Os senadores e os deputados passaram mais de três anos debatendo nas comissões, ouvindo especialistas em audiências públicas, fazendo negociações e propondo mudanças no projeto de lei.

De maneira geral, o PNE agradou aos ativistas da educação. O ponto mais festejado do plano decenal é o que prevê que o governo federal, os estados e os municípios terão de aplicar juntos em educação,

anualmente, 10% do produto interno bruto (PIB) a partir de 2024. Hoje, são 5,3% — ou 6,4%, se forem incluídos os aportes oficiais ao ensino privado. Para evitar que os governantes adiem essa providência e deixem tudo a cargo dos mandatários de 2024, o PNE prevê uma meta intermediária, de 7% do PIB, a ser atingida em 2019.

— Debate-se muito se o problema da educação pública é falta de dinheiro ou má gestão. É claro que existem problemas graves de gestão, mas também é verdade que os recursos financeiros são insuficientes. Os

10% do PIB são a meta decisiva do PNE. É ela que permitirá o cumprimento de todas as outras 19 metas — explica o consultor legislativo do Senado José Edmar de Queiroz.

## Bônus para professor

O plano também tem o apoio de Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (rede de 200 instituições de defesa da educação). Ele, no entanto, vê duas falhas. A primeira é a estratégia (cada meta é sustentada por uma lista de estratégias) que estimula prefeitos e governa-

dores a dar bônus em dinheiro aos professores das escolas que obtiverem nota alta no Ideb (indicador oficial da qualidade do ensino). Para ele, isso apenas estimula os educadores a pedir transferência das escolas ruins para as boas.

A segunda falha apontada por Cara é a estratégia que admite que os dispêndios do governo com entidades privadas sejam contabilizados nos 10% do PIB. É o caso dos programas federais que custeiam estudantes de universidades particulares, como o Fies (financiamento bancário) e o

ProUni (bolsas de estudo).

— É uma contradição. A educação pública não pode ser confundida com a educação privada. Os 10% do PIB deveriam ser aplicados exclusivamente no setor público, que é o que realmente precisa de dinheiro — argumenta ele.

Ao PNE, porém, faltou um dispositivo importante: o que estabelecerá como a meta do PIB seria repartida entre o governo federal, os estados e os municípios. Atualmente, a fatia grande (80%) é bancada pelos governadores e prefeitos. A União custeia o pedaço menor (20%). Diz o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos relatores do projeto do PNE:

— Agora é preciso buscar a regulamentação [da meta de 10% do PIB]. De qualquer forma, já está claro que o esforço maior terá de ser feito pela União.

Também foram relatores da proposta no Senado José Pimentel (PT-CE) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

## O que o PNE se propõe a mudar

Veja abaixo algumas das 20 metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação e a situação atual dos indicadores

O que o plano prevê	Como é hoje
<b>Educação básica</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2016, ter <b>100%</b> das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>82,2%</b> das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na pré-escola</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, ter pelo menos <b>50%</b> das crianças de até 3 anos matriculadas em creches</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>23,5%</b> das crianças de até 3 anos estão na creche</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, ter <b>100%</b> das crianças de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental de nove anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>93,8%</b> das crianças dessa faixa etária estão matriculadas no ensino fundamental de nove anos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, ter <b>85%</b> dos jovens com idade entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>54,4%</b> dos jovens dessa faixa etária estão no ensino médio</li> </ul>
<b>Analfabetismo</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, <b>acabar</b> com o analfabetismo absoluto (100% da população com 15 anos ou mais alfabetizada) e <b>reduzir à metade</b> a taxa de analfabetismo funcional*</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>8,7%</b> dos brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos e <b>27%</b> são analfabetos funcionais</li> </ul>
<b>Universidades</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, elevar para <b>33%</b> o índice de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, tanto público quanto privado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>15,4%</b> dos jovens dessa faixa etária estão no ensino superior</li> </ul>
<b>Dinheiro</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevar os gastos com educação pública para <b>7%</b> do PIB até 2019 e <b>10%</b> do PIB até 2024</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O poder público investe <b>5,3%</b> do PIB em educação</li> </ul>
<b>Cursos técnicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, <b>triplicar</b> as matrículas nas escolas técnico-profissionalizantes de nível médio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Brasil tem <b>1,4 milhão</b> de matrículas nas escolas técnicas públicas e privadas</li> </ul>
<b>Professores</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, ter <b>100%</b> dos professores da educação básica com diploma em curso de licenciatura em sua área de atuação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>78,1%</b> dos professores têm diploma na área de atuação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2024, ter <b>50%</b> dos professores da educação básica com curso de pós-graduação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>29%</b> dos professores têm pós-graduação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Até 2020, <b>equiparar</b> o salário médio dos professores da educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, como advogados e dentistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O rendimento médio do professor equivale a <b>51,7%</b> do salário dos demais profissionais</li> </ul>

\* o analfabeto funcional frequentou a escola e aprendeu a ler e escrever, mas não consegue entender aquilo que lê

Fontes: Plano Nacional de Educação e movimento Todos pela Educação

## Punição

Da mesma forma, o senador Cristovam Buarque (PTB-DF) faz críticas. Ele crê que o PNE será inexecutável se não for explicitada a fonte do dinheiro que permitirá aos investimentos chegar aos almejados 10%: — O governo vai parar de fazer estradas? Vai acabar com a isenção de impostos para a compra de automóveis? Vai suspender a publicidade oficial? Vai criar um imposto? Vai emitir bônus do Tesouro? Os deputados e senadores não quiseram tocar nisso porque mexeriam com interesses.

O PNE anterior expirou em 2010 e a maioria das metas não foi cumprida, como a erradicação do analfabetismo — essa meta teve de ser repetida no novo plano. Para evitar que o PNE atual vire letra morta, advertem especialistas em educação, é necessário haver punições para os governantes que falharem. O PNE não traz penas, mas insta o Congresso a aprovar até 2015 uma Lei de Responsabilidade Educacional — esta, sim, prevendo punições para os maus gestores públicos.

## Saiba mais

**Lei que estabelece o Plano Nacional de Educação**  
<http://bit.ly/Lei13005>

**Avaliação de todas as 20 metas pelo Observatório do PNE**  
[www.observatoriodopne.org.br](http://www.observatoriodopne.org.br)

**Estudo da Consultoria Legislativa do Senado sobre o projeto do PNE**  
<http://bit.ly/estudoPNE>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)